

Nota de imprensa



Covid-19 - Governo tem de garantir a segurança sanitária dos trabalhadores

Há autarquias a descuidarem a segurança dos seus trabalhadores

Num momento em que Portugal está em Estado de Emergência por força da necessidade de contenção e mitigação da pandemia do vírus da Covid-19, a **FESAP** apela ao Governo e também às autarquias que multipliquem os esforços no sentido de fornecerem a todos os trabalhadores da Administração Pública as melhores condições de trabalho e os melhores equipamentos no sentido de que possam continuar a executar as suas funções nas mais elevadas condições de segurança sanitária.

Não podemos esquecer que, nos hospitais e nos outros serviços de saúde, que estão na linha da frente do combate à Covid-19 e, por isso, mais sujeitos do que outros trabalhadores aos riscos inerentes ao contacto próximo com suspeitas de infeção e com doentes com infeção confirmada, **para além de médicos e enfermeiros, são dezenas de milhar os trabalhadores das carreiras gerais, nomeadamente assistentes operacionais, assistentes técnicos e técnicos superiores, os quais, não sendo normalmente mencionados nas notícias nem louvados pela opinião pública, enfrentam riscos de contágio diariamente, pelo que também a estes é imperativo que sejam fornecidos todos os meios de proteção e de segurança necessários, quer em termos de material como de procedimentos.**

Para além disso, tem igualmente de ser assegurada a máxima proteção dos trabalhadores de outros sectores essenciais, como sejam, os das forças de segurança, da proteção civil, dos bombeiros, da administração local, da segurança social, da autoridade tributária e aduaneira, entre outros que, apesar de tudo, têm de continuar a trabalhar para o que o país não entre em colapso económico e social, colocando à vista de todos a importância que os serviços públicos têm na vida de todos nós.

A FESAP está particularmente preocupada com a inaceitável forma como muitas entidades estão a encarar este grave surto, não adotando todas as medidas necessárias para a diminuição do risco de contágio por todos os trabalhadores cujos serviços que prestam, sendo essenciais, não podem ser executados na modalidade de teletrabalho, recebendo diariamente denúncias de que não está ser fornecido a esses trabalhadores o imprescindível equipamento de proteção individual e que o transporte, em muitos casos, continua a fazer-se em veículos lotados, sem respeito pelo distanciamento social que tem de ser observado, num problema que afeta particularmente trabalhadores destacados para a execução de obras, para serviços de água e saneamento e para a recolha e transporte de resíduos.

Não se entende porque motivo se tem de transportar todos os trabalhadores numa só viagem, quando se poderia fazê-lo em duas, três ou as que forem necessárias para diminuir ao máximo o risco dos trabalhadores e, por consequência, da restante população, pelo que se apela às câmaras e empresas municipais, às juntas de freguesia e às empresas concessionárias de serviços públicos de âmbito local, que rapidamente resolvam estas situações, protegendo deste modo a saúde dos trabalhadores e das populações.

Este é um combate que tem de ser travado de forma séria por todos, pelo que se exige o estrito cumprimento das orientações do Governo e da DGS. Só assim, unidos e conscientes, poderemos vencer.

Lisboa, 20 de março de 2020